

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Trabalho e reprodução social do processo de trabalho agrícola familiar.

Lucas Coradini.

Cita:

Lucas Coradini (2009). *Trabalho e reprodução social do processo de trabalho agrícola familiar*. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/704>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/evbW/Ack>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Trabalho e reprodução social do processo de trabalho agrícola familiar

Lucas Coradini (lucas_coradini@yahoo.com.br)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-graduação em Sociologia

1. Introdução

O termo agricultura familiar há algum tempo se faz presente na pauta de gestores públicos e pesquisadores que se dedicam à questão agrária brasileira. Este protagonismo, atualmente, tem-se caracterizado mais pelas dificuldades que este setor enfrenta que pelo valor social e econômico da atividade quanto ao abastecimento do mercado interno e a geração de postos de trabalho. Podemos definir agricultura familiar pela relação existente entre a família e três elementos: a gestão, a propriedade e o trabalho (ABRAMOVAY, 1997). A produção familiar pode se diferenciar pelo nível de integração ao mercado, pela utilização de tecnologias (desde o nível mais desenvolvido até os modelos mais arcaicos), pelos rendimentos obtidos com a atividade, mas, em suas diversas configurações, presenciamos os membros da família de forma ativa nestes três elementos: a posse da propriedade, gerenciamento da unidade e relação direta com a produção em todas suas etapas.

Outra peculiaridade do modelo de produção familiar é a forma como se reproduz. Sendo uma atividade essencialmente familiar, dificilmente indivíduos externos a esse meio são a ela incorporados. A manutenção de uma unidade produtiva depende da sucessão desta por um dos herdeiros da família, que, desde a infância, são socializados no trabalho agropecuário e inseridos numa divisão familiar do trabalho. Esta lógica de reprodução, entretanto, encontra-se ameaçada à medida que os jovens agricultores familiares formulam projetos profissionais e de vida que rompem com a continuidade na atividade agrícola. Dizemos então que há uma crise na sucessão hereditária da agricultura familiar (WIESHEIMER, 2007).

Os censos demográficos realizados no Brasil, desde 1960, apontam uma mudança progressiva da população de predominantemente rural a predominantemente urbana. Esta mudança tem sido explicada, por um lado, por fatores tanto de estagnação como de modernização, ou de industrialização da agricultura; e, por outro lado, pela atração dos serviços e trabalhos nas cidades em crescimento. Estudos mais recentes, entretanto, imprimem uma análise crítica e qualitativamente mais complexa sobre as especificidades da migração, abordando a seletividade por idades e por sexo que condicionam esse fluxo (CAMARANO, ABRAMOVAY, 1997; BRUMER, 2004). Para compreender os fatores que engendram a crise na sucessão hereditária da agricultura familiar, tornou-se necessário entender o que é ser jovem no universo rural e, principalmente, o que é ser mulher nesse meio que tradicionalmente privilegia o homem na gestão e sucessão da propriedade (DEERE, LÉON, 2002).

Neste trabalho, busca-se uma fusão da abordagem neoclássica dos estudos migracionais, admitindo os indivíduos como atores racionais que decidem emigrar com base no cálculo custo-benefício, usando as informações disponíveis e direcionando-se para onde podem obter melhores condições de vida e maior qualidade de vida no trabalho; e da abordagem histórico-estrutural, em que os indivíduos são afetados por forças estruturais de expropriação da atividade agrícola em detrimento da conjuntura econômica e social que inviabilizam a permanência no campo. Acrescenta-se ainda, nesta análise, a perspectiva da família, que considera as formas como se dão a divisão do trabalho, a distribuição de poder dentro das unidades familiares, e como ambas afetam a propensão e a liberdade de diferentes indivíduos a emigrar, de acordo com sexo, idade e suas relações com outros membros da família. Nesse mosaico, relações de gênero, geracionais, familiares, e estruturais, alicerçam novas matrizes analíticas para um conhecido problema: o envelhecimento e a masculinização das comunidades rurais e o “inchaço” dos centros urbanos.

2. A crise na reprodução do processo de trabalho agrícola familiar

Diversos estudos têm abordado o elevado fluxo migracional juvenil e feminino do meio rural, destacando principalmente os conflitos geracionais e relações de gênero imbricadas nessa migração (BRUMER, 2004; PAULILO, 2005; MELLO & DI SABBATO, 2006). A seletividade na migração leva a transformações profundas nas comunidades agrícolas, sendo a principal responsável pelo envelhecimento (que ocorre também pela diminuição na taxa de fecundidade nas últimas décadas) e masculinização das populações rurais (ABRAMOVAY, 2001; BRUMER, 2004). No estado do Rio grande do Sul, como em outros que se caracterizam pela produção agrícola do tipo familiar, torna-se cada vez mais freqüente o abandono de propriedades que não têm sucessores, a transformação destas em sítios de lazer, áreas de turismo rural, ou ocorrência de propriedades em que apenas os indivíduos mais velhos resistem e permanecem. Nestes casos, a principal fonte de renda passa a ser os benefícios previdenciários, o que torna a atividade agrícola secundária ou apenas de subsistência. Esta inferência pode ser preocupante se considerarmos em termos econômicos a importância da atividade agrícola familiar para a Região Sul do Brasil, que representa 57% do valor da produção agropecuária da região (FAO-INCRA, 2000).

O envelhecimento e a masculinização das populações rurais representam, além de um problema econômico, um problema social, pois a evasão de rapazes e moças do meio rural está intimamente relacionada ao desgaste do tecido social do campo. Os habitantes que resistem às adversidades econômicas, que a muito inviabilizam a obtenção de um rendimento satisfatório com a agricultura, convivem também com a diminuição das atividades de lazer, das atividades e espaços de socialização, com o fechamento de escolas e a conseqüente diminuição da qualidade de vida e acesso a recursos básicos. Por outro lado, não há certeza se a saída dos jovens da atividade agrícola representa, ao menos individualmente (ou para a família), uma alternativa para uma condição de trabalho avaliada negativamente – já que, coletivamente, são inquestionáveis os prejuízos de uma migração assimétrica para as comunidades de origem.

A elaboração do projeto profissional é um processo complexo e, por vezes, contraditório, resultante do balanço entre as experiências adquiridas em sua trajetória de vida e o campo de possibilidades que atua como condicionante estrutural destes projetos (VELHO, 1994). É comum, por exemplo, a existência de uma margem de ponderação em que coexistam projetos de permanência e de evasão da agricultura, a espera de melhores oportunidades em um em outro. Por isso, a análise mais adequada para compreender a dinâmica do fluxo migracional juvenil deve considerar tanto a condição juvenil no período que precede a migração quanto a estrutura de oportunidades acessíveis e sobre as quais serão formulados seus projetos profissionais.

3. Procedimentos Metodológicos

Neste estudo, buscou-se desvelar alguns aspectos da condição juvenil no trabalho agrícola familiar e analisar as especificidades desta categoria sociológica, buscando uma interpretação das relações que se estabelecem entre as condições objetivas (divisão do trabalho, acesso a recursos materiais, qualidade de vida no trabalho, socialização) e condições subjetivas (representações, desejos, projetos). Para tanto, empreendeu-se a coleta de dados junto a jovens agricultores familiares no estado do Rio Grande do Sul, entrevistando-se rapazes e moças com idades entre 15 e 29 anos de idade, numa amostragem representativa dos jovens ocupados na atividade agrícola familiar no referido estado e com controle de cotas por sexo e idade - calculados com base em dados secundários produzidos pelo IBGE - num total de 681 entrevistas, o que proporciona capacidade inferencial aos dados obtidos. Foram visitados 31 municípios nas 07 mesorregiões do estado do Rio grande do Sul. Entre estes jovens, realizaram-se entrevistas utilizando um questionário padronizado, contendo perguntas abertas e fechadas e composto por 60 questões, abordando as condições materiais, os processos de socialização, as representações sociais e os projetos juvenis dos agricultores familiares.

4. Discussão

O acesso aos recursos materiais (renda, terra e crédito, conta bancária, bloco de produtor rural) foi mensurado neste estudo por entender que são elementos intrinsecamente associados ao desenvolvimento da atividade agrícola familiar e, portanto, servirem de indicador do grau de autonomia juvenil no processo de trabalho e identificador do papel destinado ao jovem dentro de uma divisão familiar. Além disso, constituem-se como prerrogativas para o processo de instalação dos jovens na agricultura familiar, do qual pode-se inferir as perspectivas de permanência na atividade agrícola. Podem, conjuntamente a outros fatores, ser indicador das relações de poder e de diferenciação que se estabelecem no meio rural. Segundo o sociólogo Pierre Bourdieu, existem estratégias de reprodução pelas quais os homens, detentores do monopólio dos instrumentos de produção e reprodução do capital simbólico, visam assegurar a conservação ou o aumento deste capital: estratégias de fecundidade, estratégias matrimoniais, estratégias educativas, estratégias econômicas, estratégias de sucessão, todas elas orientadas no sentido da transmissão dos poderes e privilégios herdados (BOURDIEU, 2005).

A passagem da responsabilidade e a autonomização sobre a gestão da unidade produtora familiar se dá num processo de transição em que os pais gradativamente transmitem tarefas de

gestão aos seus sucessores (ABRAMOVAY, 2001), como a abertura da conta bancária, o bloco de produtor rural, as relações da unidade produtora familiar com o universo externo (compra de insumos, vendas, negociações de crédito), até a passagem completa do gerenciamento da propriedade. Estas etapas de transmissão da responsabilidade promovem a autonomia do jovem e são indicadores do papel social subalterno destinado para as mulheres à medida que são excluídas deste processo (CORADINI, 2008).

Autonomia, de acordo com a etimologia grega, significa a condição de um indivíduo ou de um grupo determinar-se por si mesmo, segundo suas próprias leis. Para a literatura sociológica, a autonomia pode se expressar em vários níveis articulados. Um deles corresponde às atividades laborais e implica na possibilidade de escolha de tarefas, dos meios e do sentido do trabalho, resultando em dignidade e satisfação (CATTANI, 1996). Dessa forma, promover a autonomia da jovem agricultora implica em sua inserção nas etapas em que a responsabilidade e o conhecimento sobre a atividade produtiva são consolidados e sua subjetividade pode manifestar-se soberanamente na escolha ou não da continuidade no trabalho agrícola, que passa a pertencer a seu campo de possibilidades. Neste estudo, foram delimitados os seguintes indicadores de autonomia: a) possuir área de terra em seu nome; b) receber alguma remuneração pela participação no trabalho agrícola familiar; c) possuir bloco de produtor rural; d) possuir conta corrente; e) possuir financiamento no seu nome; f) desenvolver alguma atividade produtiva autônoma na propriedade. A partir das respostas obtidas sobre a participação dos jovens em cada um destes indicadores do processo sucessório, foi construído um índice de autonomia, o que possibilitou mensurar o nível de envolvimento na transmissão dos saberes relacionados à prática agrícola, o que pode ser visualizado na tabela 01:

Percebe-se que os jovens, de modo geral, apresentam médio ou baixo nível de autonomia para os indicadores considerados. Há, entretanto, um significativo contraste entre as respostas de rapazes e moças, indicando entre os jovens de baixa autonomia um predomínio da composição feminina, ao passo que entre os jovens com alta autonomia há maior composição do sexo masculino. Percebe-se um processo de diferenciação por gênero no acesso aos recursos fundamentais para o desenvolvimento da atividade agrícola ao passo que à mulher é conferido um papel secundário no processo de produção, geralmente mais ligado às atividades domésticas na unidade produtiva, em detrimento das tarefas de gestão da propriedade. Este dado importa para nossa análise uma vez constatada que entre as mulheres há uma significativa associação entre a autonomia e os projetos profissionais desenvolvidos, conforme já abordado em estudo anterior (CORADINI, 2007).

O dado referente ao acesso a recursos materiais básicos para o desenvolvimento da atividade agrícola é mais marcante se considerarmos ainda outra peculiaridade do trabalho agrícola familiar: o intenso processo de socialização no trabalho. A constituição do sujeito agricultor se dá essencialmente pela inserção no trabalho, o que entre estes jovens ocorre de forma acentuadamente precoce, por volta dos 08 anos de idade. Há uma intensa socialização no trabalho agrícola, e uma elevada carga horária de trabalho empreendida na unidade produtiva. Este dado pode ser visualizado na tabela 02:

A maior parte dos jovens dedicam-se mais de 06 horas diárias à atividades laborais na unidade produtiva familiar, sendo que 63,5% dos rapazes e 46,8% das moças entrevistadas trabalham mais de 08 horas por dia. Cabe lembrar que a atividade agrícola familiar no Rio Grande do Sul, em muitas formas de cultivo, ainda caracteriza-se pelo emprego do trabalho braçal e, não raro, apresenta condições insalubres no que diz respeito ao uso de defensivos agrícolas e à penosidade ergométrica dos esforços (uso da força física, carregamento de pesos elevados, complicações posturais relacionadas à manutenção da lavoura, colheita manual, etc).

Acompanha esse quadro ainda a constatação de que estes jovens, além de trabalharem muito, participam de poucas atividades de socialização e de lazer, pois possuem um limitado campo de possibilidades de o fazerem. Por mais que as tecnologias da informação e a popularização do uso de determinadas tecnologias e bens de consumo exerçam um papel relevante na superação da dicotomia rural/urbano, é notório o abismo que se estabelece entre o acesso a atividades de lazer por um jovem do meio urbano e o acesso a atividades de lazer a um jovem do meio rural. Percebeu-se entre os jovens entrevistados a quase raridade do acesso periódico à internet, por exemplo, e um baixo acesso a computadores de um modo geral. Atividades rotineiras para um jovem “urbano”, como ir ao cinema, festas, jogos de futebol, shows musicais, freqüentar lanchonetes e restaurantes ou passear em parques e praças, ainda são elementos de uma realidade muito distante dos jovens que trabalham na atividade agrícola familiar. Entre os entrevistados, 63% nunca foram ao cinema e 57,9% nunca foram a um estádio de futebol. 36,7% haviam freqüentado um parque ou praça nos últimos 30 dias e 53,5% dos entrevistados praticou algum esporte nos últimos 30 dias, sendo que entre as mulheres esse percentual foi de 29,5%. As atividades mais comumente desenvolvidas dizem respeito a passeio em sorveterias ou lanchonetes (55,1% haviam ido a uma sorveteria ou lanchonete nos últimos 30 dias), e ir a igreja, que parece ser o principal espaço de sociabilidade, com 72,2% de participação nos últimos 30 dias.

De modo geral, os jovens atribuem como desvantagens ao trabalho dos pais os prejuízos à saúde dele ocasionados, a instabilidade climática a que está sujeita a atividade e a baixa renda obtida. Entretanto, quando são analisados os argumentos sobre as vantagens do trabalho dos pais e das

mães, constata-se que o baixo reconhecimento da participação feminina é mais presente entre os entrevistados do sexo masculino: enquanto para as moças o trabalho da mãe é relativamente mais vantajoso por produzir para o autoconsumo e gerar renda, para os homens a vantagem é principalmente “ser leve ou de casa”.

A problemática da reprodução da agricultura familiar torna-se mais complexa à medida que são trazidos à tona os elementos de diferenciação de gênero que com ela interagem. A abordagem das perspectivas juvenis de continuidade na atividade agrícola deve levar em consideração um amplo enfoque sobre os determinantes que agem na construção dos projetos de vida, o que inclui as diferentes formas de socialização entre os sexos, o acesso aos recursos materiais, as avaliações que formulam sobre o universo rural e urbano e, como vimos, as estratégias conjugais, que interferem também na definição do futuro profissional e do local de moradia.

Tabela 01. Índice de autonomia dos jovens agricultores (f e %).

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares/RS – MDA/FAURGS, 2007

		SEXO:			
			Masculino	Feminino	Total
Índice de autonomia	baixa autonomia	f	107	86	193
		%	28,8%	43,9%	34,0%
	média autonomia	f	165	81	246
		%	44,5%	41,3%	43,4%
	alta autonomia	f	99	29	128
		%	26,7%	14,8%	22,6%
Total		f	371	196	567
		%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 02. Jornada de trabalho diária na Unidade Produtiva Familiar (f e %).

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares/RS – MDA/FAURGS, 2007

		SEXO:			
			Masculino	Feminino	Total
JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO	Até 4h	f	32	47	79
		%	7,5%	18,5%	11,6%
	mais de 4h a 6h	f	42	45	87
		%	9,8%	17,7%	12,8%
	Mais 6h a 8 hs	f	81	41	122
		%	19,0%	16,1%	17,9%
	mais de 8h a 10 h	f	125	59	184
		%	29,3%	23,2%	27,0%
	mais de 10 h	f	146	60	206
		%	34,2%	23,6%	30,2%
	Total	f	427	254	681
		%	100,0%	100,0%	100,0%

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo (Coord.). **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998. 101p.
- ABRAMOVAY, Ricardo. Uma nova extensão para a agricultura familiar. In: Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, 1997, 29p.
- BRUMER, Anita. Gênero e Agricultura familiar: a situação da mulher na agricultura familiar do Rio Grande do Sul. In: **Estudos Feministas**. Rio de Janeiro. Vol.12, n. 1 (jan. 2004), P. 205-227.
- BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 35-51.
- BRUMER, Anita; CORADINI, Lucas; PANDOLFO, Graziela Castro. Gênero e agricultura familiar: projetos de jovens filhos de agricultores na Região Sul do Brasil. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 8, 2008, Florianópolis, SC, **Anais...** Florianópolis, 2008.
- BRUMER, Anita; SPANEVELLO, Rosani. **Relatório de Pesquisa. Jovens agricultores familiares da Região Sul do Brasil**, poro Alegre: 2008.
- CAMARANO, Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo Rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 1997, Caxambu, MG. **Anais**.
- CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. In: **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro. Segundo semestre, 2001, vol. 9, n. 1, p. 22-55.
- CHAMPAGNE, Patrick. Elargissement de l'espace social et crise de l'identité paysanne **Cahiers d'Économie et Sociologie Rurales**, n. 3, décembre 1986, p. 73-89.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Qualidade de vida nas organizações: uma estratégia na gestão de pessoas**. São Paulo: 2004.
- DEERE, Carmen Diana; LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- FAO INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília, Ministério do desenvolvimento Agrário, 2000.

- PAULILO, Maria Ignez. Trabalho doméstico: reflexões a partir de Polanyi e Arendt. In: **Serviço Social em Revista**. Vol 8, n. 1 (jul/dez. 2005).
- VELHO, Gilberto. **Projeto e Metarmofose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- WEISHEIMER, Nilson. **Os Jovens Agricultores e seus projetos profissionais**: Um estudo de caso no bairro de Escadinhas, Feliz / RS. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004. (Dissertação de Mestrado).
- WEISHEIMER, Nilson. Relatório técnico da pesquisa de caracterização dos jovens na agricultura familiar no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, convênio MDA/FAURGS nº109/2006,2007.